



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ASSEMBLEIA FISCALIZA – 01 JAN A 30 ABR DE 2025

Belo Horizonte

Maio de 2025

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A prestação de contas à sociedade promove a transparência, a responsabilidade institucional e o fortalecimento da confiança da população nas instituições. Nesse contexto, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais exerce relevante papel fiscalizador, junto aos órgãos da Administração estadual. O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), reconhecendo a importância do citado processo, apresenta este relatório visando demonstrar à sociedade e aos representantes do Poder Legislativo os avanços, desafios e perspectivas da Corporação. A seguir, são apresentados alguns assuntos relevantes no período, priorizados pela Instituição.

O CBMMG, desde meados de 2015, sente as consequências severas das restrições orçamentárias, o que têm impactado sobremaneira os esforços de capilarização, pelo déficit de efetivo, e direcionado a corporação para captação de recursos alternativos para manutenção e expansão das suas ações. Apesar das citadas restrições enfrentadas, vislumbra-se que a adesão ao Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (PROPAG) pode representar uma inflexão positiva na trajetória fiscal do Estado nos próximos anos.

Ao viabilizar a renegociação das dívidas em condições favoráveis, o programa cria espaço fiscal para investimentos estratégicos em áreas essenciais, inclusive na segurança pública e na infraestrutura operacional do CBMMG, o que pode se traduzir em ampliação de entregas à sociedade e a aplicação vinculada de recursos em políticas públicas e ações finalísticas da Corporação, como expansão de frações operacionais, fortalecimento da resposta a desastres e investimento em tecnologias.

Para o CBMMG, esse movimento cria uma janela de oportunidade. A legislação do PROPAG prevê que 1%, 1,5% ou 2% do saldo devedor refinanciado seja obrigatoriamente destinado a áreas prioritárias, como segurança pública — tema diretamente vinculado às missões constitucionais do CBMMG. Outro percentual equivalente deve ser aportado anualmente no Fundo de Equalização Federativa, voltado à melhoria da infraestrutura, enfrentamento das mudanças climáticas, educação e também segurança pública. Considerando que esses aportes são adicionais ao orçamento ordinário, vislumbra-se a possibilidade real de reforço no financiamento de estruturas, tecnologias e capacidades operacionais da Corporação.

2. EFETIVO E CARREIRA

2.1 Efetivo do CBMMG

O CBMMG contabiliza um efetivo atual de **5.888 militares**, composto por 870 oficiais e 5.018 praças. O efetivo previsto na Lei Estadual nº 22.415/2016 é de 7.999 militares, configurando um déficit total de 26,39%. Quanto ao efetivo estabelecido pelo limite prudencial no ano de 2015, o quantitativo foi fixado em 6.112 militares, configurando a atual situação um déficit de 3,66%. A seguir apresenta-se o detalhamento dos déficits por quadros com base na Lei do Efetivo:

- Oficiais: 23,32%;
- Oficiais de Saúde: 36,00%;
- Oficiais Complementares: 26,42%;
- Oficiais Especialistas: 30,00%;



- Praças: 33,62%;
- Praças Especialistas: 26,86%.

Ademais, 378 militares estão em abono permanência e 382 são reconvocados (QOR/QPR), totalizando 760 militares, o que representa mais de 12,9% do efeito atual, que em um cenário de crise, a qualquer momento podem decidir ir para inatividade, semelhante ao que ocorreu na reforma previdenciária de 2021. Soma-se a essa possibilidade de transferência para a inatividade, as vacâncias registradas por 148 evasões em 2024 e 41 até maio 2025, chegando a um valor total de 189 evasões no período. Nota-se, então, que atual déficit de efetivo pode comprometer a capacidade operativa, a capilaridade dos serviços e impactar a execução das atividades-fim do CBMMG.

2.2 Concursos Públicos previstos:

A manutenção de um efetivo aquém do previsto legalmente requer estratégias de redistribuição e otimização, além da continuidade de processos de recomposição via concursos. Contudo, a quantidade de vagas ofertadas, como visto, em respeito ao limite prudencial, continua aquém do número de vacâncias existentes. Desse modo, a manutenção e ampliação dos certames são essenciais. Nesse contexto, para o ano de 2025, estão previstos para os concursos de ingresso na instituição 331 vagas e para os cursos internos foram disponibilizados 795 vagas, conforme detalhamento:

Concursos externos:

- Curso de Formação de Soldados (CFSd) BM 2025: 303 vagas (291 combatentes e 12 especialistas) - em andamento, com previsão de inclusão em junho de 2025;
- Estágio Preparatório de Oficiais de Saúde (EPOSau) BM 2025: 6 vagas - em andamento;
- Curso de Formação de Oficiais (CFO) BM 2025: 22 vagas - concurso finalizado, com ingresso em março de 2025.

Cabe ressaltar que o EPOSau está em execução. Após a conclusão do Estágio, eles serão promovidos e ingressarão de fato no Quadro de Oficiais de Saúde da Instituição.

Concursos internos:

- Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) BM 2025: 20 vagas - em andamento;
- Curso de Formação de Sargentos (CFS) BM 2025: 63 vagas;
- Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS) BM 2025: 712 vagas.

Especificamente, quanto ao CEFS, ressalta-se que o quantitativo de 712, é integrado por 252 militares da Turma 152, cujo curso já está em andamento com previsão de conclusão para 2025, e por 460 militares da Turma 155, com início do curso previsto para 2025 e conclusão em 2026.

2.3 Pagamento auxílio-alimentação

Com base nos esforços conjuntos das DRHs PM e BM, foi possível regulamentar, por meio Decreto Estadual nº 49.006, de 12 de março de 2025, o auxílio-alimentação para todo o efetivo das

instituições militares estaduais. A Resolução Conjunta COFIN/CBMMG nº 001, de 14 de março de 2025 definiu os parâmetros e o Memorando Técnico Conjunto nº 02/2025 - DRH PMMG/ DRH CBMMG estabeleceu os critérios internos, apresentados a seguir:

- Dia efetivamente trabalhado;
- Jornada mínima de 6 horas diárias;
- Carga horária mínima de 30 horas semanais;
- Teto de R\$ 1.100,00 mensais por militar.

O benefício começou a ser pago a partir da folha do mês de abril. Naquele momento, não foram contempladas as situações compensatórias que ensejam o não pagamento da ajuda de custo, tendo em vista as dificuldades técnicas para cálculo e cumprimento do prazo de processamento da folha. Na folha de maio, as situações compensatórias ocorridas nos meses de março e abril foram consideradas e os descontos efetuados em demonstrativo de pagamento, conforme previsto no Memorando Técnico.

Com o foco em atender a todos os militares, estabeleceu-se que os valores são relativos e determinados por turno de serviço, conforme o Apêndice Único do Memorando Técnico Conjunto nº 02/2025. Nesse contexto, trabalhou-se em alternativas para atendimento até mesmo dos militares em jornada reduzida, que tiveram a previsão de recebimento de até 3 ajudas de custo por semana, conforme o art. 6º do Decreto Estadual nº 49.006/2025.

2.4 Escalas e jornada:

A jornada atual está conforme a legislação, com mecanismos de compensação que dão os devidos ajustes à carga operacional de trabalho.

- Jornada legal: 40h semanais (Lei Estadual nº 5.301/1969);
- Lei Complementar Estadual nº 168/2022: previsão de 160h mensais;
- Compensação: a cada 21 plantões de 24h, 24h de folga.

Por fim, cabe salientar que o CBMMG tem estudado duas linhas de ação complementares para melhoria de controle da carga horária dos militares. A primeira é a ativação do Cad Escala no CBMMG, que é uma aplicação desenvolvida pela PRODEMGE para os órgãos de segurança pública, destinada à elaboração de escalas operacionais e administrativas. Como consequência, é possível extrair relatórios que indicam as cargas horárias de cada militar. A PRODEMGE já liberou o sistema para nossa utilização, e a DRH está validando alguns campos para que também atenda à questão do pagamento do auxílio-alimentação.

A segunda linha de ação é uma aplicação que está sendo desenvolvida pelo NTS. A ideia da solução é, de fato, ser um banco de horas robusto, personalizando a experiência para escalas operacionais e administrativas, com as funcionalidades necessárias para que os administradores do sistema tenham acesso facilitado à gestão de horas dos militares, bem como para que cada militar possa acompanhar suas horas. Adicionalmente, o sistema pode absorver funcionalidades do Cad Escala, caso haja descontinuidade. A previsão é que ele entre em operação a partir de 2026. Não obstante, haja o esforço de controle sistêmico das escalas do CBMMG, é importante salientar a previsibilidade das escalas no âmbito da corporação, inclusive com ampla divulgação na intranet a todos os militares.

3. LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

3.1 Estrutura Organizacional:

Ao longo dos seus 113 anos de existência e 25 anos de autonomia, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) tem evoluído continuamente para desenvolver ações que maximizem a capacidade de gestão do risco de desastres e dos desastres em si, por meio do atendimento de ocorrências ou programas sociais.

O CBMMG atua em todo território do estado, por meio de 114 portas de atendimento, coordenadas pelos 6 Comandos Operacionais e 1 Comando Especializado, integrados por 12 Batalhões, 5 Companhias Independentes e 2 Batalhões Especializados (BEMAD e BOA), estando fisicamente presente em 97 municípios, por meio de 92 frações e 05 brigadas municipais.

3.2 Logística

Para garantir a plena execução, manutenção e expansão dos serviços, o CBMMG tem atuado continuamente na captação de recursos para aquisição de viaturas e materiais, bem como na reforma e ampliações de unidades e frações. Para subsidiar essa atuação institucional, foram aportados recursos nas diversas áreas logísticas. Somente no período compreendido de janeiro a maio de 2025, foram recebidas 53 novas viaturas, estando ainda previstas 71 a serem entregues neste ano.

Da mesma forma, foram investidos R\$ 8.354.909,40 em aquisições de equipamentos operacionais como: 13 drones, 19 ferramentas elétricas para desencarceramento, 117 lanternas táticas e 138 luzes de cena, 15 sopradores e 17 conjuntos de blocos e calços de salvamento veicular. Além disso, para segurança dos bombeiros, foram adquiridos, 164 luvas para combate a incêndio e 71 balaclavas, sendo que atualmente 5.086 bombeiros possuem os EPIs de combate a incêndio urbano (CIUrb).

Os itens adquiridos são oriundos de fontes diversas, como Crédito Ordinário, Emendas Estaduais e Federais, Termos de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDCO), Convênios Municipais, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e outros.

3.3 Orçamento Público e Decreto de Contingenciamento

Para a programação orçamentária anual de 2025, foi previsto um valor de R\$ 87.991.119,00, que em virtude do contingenciamento, sofreu uma redução de R\$ 11.643.820,00 (13,23% do orçamento aprovado), passando após os cortes ao valor de R\$ 76.347.297. Dessa previsão, já foi aprovada a cota de R\$ 24.385.916,66, dos quais já foram empenhados R\$ 19.801.964,81 (81,20%) até 30 de abril 2025. Para a rubrica de capital, tem-se o valor R\$ 354.520,01 destinados à aquisição de *software* e para a rubrica de custeio, destacam-se algumas despesas:

- Contrato MGS: R\$ 3.841.051,78;
- Reparo de equipamentos: R\$ 100.000,00;
- Reparo de bens imóveis: R\$ 194.905,24;
- Utilidade pública - água, luz, etc: R\$ 3.433.164,32;
- Frota: R\$ 4.456.264,57;
- Diária e passagens: R\$ 2.702.236,21;

- Informática/telefonias: R\$ 2.890.862,00.

Para fazer frente ao citado contingenciamento, a instituição precisou adotar medidas austeras, tendo como diretriz a manutenção do serviço operacional (atividade-fim) e o cumprimento dos contratos existentes. Entre as medidas adotadas estão a supressão de atividades administrativas de baixo impacto operacional; supressão de recursos para aviação como combustíveis, peças e contratação de piloto para airtractor. Foram feitas, também, reduções na aquisição de materiais operacionais e no ensino profissional, mantendo a voluntariedade para os cursos de qualificação e os custos dos cursos obrigatórios (CEFS, CFO, CFS). No período, não haverá formação de civis em atividades auxiliares, como brigadistas florestais e municipais, nem realização de supervisão presencial ou atividades de controle externo, além da redução de metade das aquisições de materiais operacionais e restrição de aportes para desenvolvimento de sistemas eletrônicos.

3.4 Atendimento Operacional

O CBMMG, conforme previsão constitucional, atua diuturnamente na resposta a ocorrências de incêndio urbano e florestal, salvamento veicular, salvamento terrestre e em alturas, salvamento aquático e mergulho autônomo, atendimento pré-hospitalar, bem como em perícias de incêndios. Desempenha papel importante em ações de prevenção, preparação e resposta aos desastres e acidentes, durante todo ano, com enfoque para os períodos sazonais de estiagem e chuvoso, assim como para os desastres tecnológicos, como barragens e acidentes de trânsito. A corporação ainda tem na atribuição de estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio ou qualquer tipo de catástrofe, uma dimensão importante da atuação preventiva.

Para tanto, a Corporação utiliza como instrumento balizador o **Planejamento Anual de Operações e Eventos**, que organiza as suas ações, de modo a atender a complexidade atual, que exige adaptação e preparo contínuo. Nos últimos anos, o CBMMG tem atendido uma média superior a 450mil atendimentos a ocorrências. Entre janeiro e abril de 2025, foram registrados dentre todas as naturezas de mais de 150 mil ocorrências.

Com relação às ocorrências típicas do período chuvoso no biênio 2024-2025, foram registrados 20.826 atendimentos, sendo aproximadamente 60% relacionados a ações de prevenção e preparação e os 40% restantes corresponderam a ações de resposta. Com relação ao período de estiagem, apenas em 2024, foram atendidas 55.162 ocorrências, das quais 53% corresponderam a atividades preventivas e de preparação, e 47% a ações de resposta.

4. PROMOÇÃO DA SAÚDE E COMBATE AO ASSÉDIO E ABUSO DE AUTORIDADE

4.1 Promoção da Saúde

Quanto à saúde da tropa, tem-se adotado uma estratégia de acompanhamento dos bombeiros militares nos âmbitos da medicina, odontologia e psicologia, por meio do Programa de Saúde Ocupacional (PSOBM), em que se busca identificar precocemente qualquer agravo de saúde relacionado com o cumprimento das atividades laborais do profissional bombeiro militar, a fim de minimizar o risco de doenças ocupacionais. Identificada fragilidade, é dado suporte psicológico aos militares, por meio do acionamento da equipe de referência e designação de oficial QOS psicólogo para acompanhamento; também são disponibilizados atendimento psicológico e psiquiátrico na rede orgânica (CLIPS) e credenciada, bem como é feita avaliação da capacidade laborativa e ajustamento funcional do militar. Importante salientar que nenhum suicídio foi registrado em 2025.

Ainda sobre promoção da qualidade de vida no trabalho e a adoção de novas práticas de valorização da saúde mental, está ocorrendo a formação de instrutores do CBMMG, na prática de meditação voltada para a atenção plena, *Mindfulness*, para difundir para a tropa uma estratégia para a redução do estresse, melhora da saúde mental e qualidade de vida, com investimento de R\$ 45.000,00 e previsão de formação para dezembro de 2025. Além disso, foram investidos R\$ 100.000,00 para capacitar os militares da área de saúde do CBMMG em temas relevantes para a Corporação, tais como saúde ocupacional, gestão de saúde e gestão de dados em saúde. Tem sido dada continuidade nas *lives*, que em 2025 abordaram assuntos como a “semana do sono” e “autismo”, atingindo, respectivamente, mais de 6 mil e mais de 3 mil visualizações no canal do Youtube do CBMMG. Outra entrega de 2025 foi a publicação da “Cartilha do Transtorno do Espectro Autista (TEA)” cuja finalidade foi oferecer informações essenciais sobre critérios diagnósticos do TEA, legislações aplicáveis, redução de jornada de trabalho e acesso aos tratamentos por meio do plano de assistência do IPSM.

Como visto, as iniciativas de promoção à saúde mental são abrangentes e eficazes, contribuindo para a prevenção de suicídios. Investimentos em capacitação e formação ampliam o alcance e a qualidade dos atendimentos.

4.2 Assédio moral, sexual e psicológico

No que se refere às ações relacionadas à gestão das denúncias de assédio moral e abuso de autoridade, além do Canal de Acolhimento da Corregedoria do CBMMG, que oferece orientação e suporte aos militares, destaca-se, no ano de 2025, a realização do 5º Seminário Jurídico, com foco no aperfeiçoamento técnico e jurídico, visando à valorização da ética, legalidade e moralidade. Esta edição teve como tema central o enfrentamento à violência contra a mulher, promovendo uma atuação sensível, comprometida com a dignidade e a equidade de gênero.

Paralelamente, encontra-se em fase de validação final o Programa de Integridade do CBMMG, que pretende, entre outras ações, fortalecer uma postura ética, inclusiva e humana a ser adotada pelos integrantes da Instituição. Quanto às ocorrências registradas no período de janeiro a abril de 2025, contabilizam-se: 3 (três) casos de assédio moral; 1 (um) caso de assédio sexual; 5 (cinco) casos de violência doméstica. Esses casos estão em andamento, seja em fase de recepção pela Corregedoria do CBMMG, em acompanhamento pela Polícia Civil, ou sob responsabilidade da Unidade onde se deu o ocorrido.

Além das denúncias realizadas diretamente à Corregedoria do CBMMG, também são monitorados outros sistemas externos de denúncias, como o Sistema da Ouvidoria-Geral do Estado (OGE) e o Disque Denúncia Unificado (DDU). Em 2025, por meio desses canais, foram apresentadas 34 denúncias, das quais 10 já foram solucionadas e 24 seguem em andamento, representando um percentual de resolubilidade de 29,41%. No ano de 2024, o percentual de resolubilidade foi superior a 75%, com 88 das 116 denúncias daquele ano devidamente solucionadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CBMMG demonstra avanços significativos na gestão do efetivo, logística operacional, prevenção de desastres e promoção da saúde e integridade dos militares. Persistem desafios relacionados à recomposição do efetivo, à previsibilidade de destinação de recursos ordinários e à regularização estrutural, que devem ser continuamente enfrentados com planejamento, investimento e articulação institucional.